

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DE CONHECIMENTO DAS HUMANIDADES
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

FERNANDO TOMAZZONI

**OS CRITÉRIOS QUE OS PROFESSORES UTILIZAM NA HORA DA ESCOLHA DO
LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA**

Caxias do Sul

2019

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DE CONHECIMENTO DAS HUMANIDADES
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

FERNANDO TOMAZZONI

**OS CRITÉRIOS QUE OS PROFESSORES UTILIZAM NA HORA DA ESCOLHA
DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para aprovação na disciplina de
Monografia II do curso de Licenciatura em história.

Orientador(a): Dr^a Eliana Rela

Caxias do Sul

2019

FERNANDO TOMAZZONI

**OS CRITÉRIOS QUE OS PROFESSORES UTILIZAM NA HORA DA ESCOLHA
DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para aprovação
na disciplina de Monografia II do curso de
Licenciatura em história.

Orientador(a): Dr^a. Eliana Rela

Aprovado em 04 de dezembro de 2019

Banca Examinadora

Doutora Eliana Rela

Universidade de Caxias do Sul - UCS

Doutora Eliana Gasparini Xerri

Universidade de Caxias do Sul - UCS

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a minha orientadora e professora Eliana Rela, que me acompanhou em boa parte do final da minha vida acadêmica. Obrigado pela incansável dedicação e pela confiança que foram fundamentais para a elaboração desta pesquisa.

Agradeço também aos quatro professores que se disponibilizaram voluntariamente a contribuir com as entrevistas. O auxílio de vocês colaborou para a construção deste trabalho.

Aos meus pais, por serem minha base durante toda essa trajetória da minha vida acadêmica, pois sem eles eu não teria chegado até aqui.

Agradeço a todos os professores que tive, por me proporcionarem o conhecimento e a manifestação no caráter afetivo da educação nesse processo de transformação profissional.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar quais os critérios que os professores de História utilizam na hora da escolha do livro didático de História e verificar o conhecimento acerca do portal do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Para a realização desta pesquisa, foi utilizado o método de entrevistas individuais com professores de História das cidades de Caxias do Sul, Flores da Cunha e São Marcos. Os dados fornecidos pelos professores passaram pela análise de conteúdo e foram organizados a partir das categorias: a primeira coisa que o professor analisa no livro; como acontece a escolha; se tem o costume de acessar o portal do PNLD; se observou mudanças de critérios na hora da escolha; como avalia o portal do PNLD hoje. Dentre os dados evidenciados, a falta de uso do portal do PNLD demonstrou o distanciamento entre os docentes e a política pública de avaliação do livro didático.

Palavras-chave: livro didático de história; professores; PNLD.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Critérios gerais da avaliação de 2014.....	25
Quadro 2 - Tratamento das fontes históricas.....	29
Quadro 3 - Obras avaliadas em 2014 pelo PNLD.....	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação de entrevistas..... 38

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	8
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO–METODOLÓGICA.....	13
3. O PNLD E A EXPECTATIVA DO PROFESSOR.....	16
3.1 HISTÓRICO DO PNLD (1937/2012).....	17
3.2 AS AVALIAÇÕES DAS COLEÇÕES DOS LIVROS DIDÁTICOS E OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.....	23
4. DIFERENTES METODOLOGIAS PRESENTES NOS LIVROS DIDÁTICOS ESCOLHIDOS PELOS PROFESSORES DE HISTÓRIA.....	34
5. CONCLUSÃO FINAL.....	43
6. REFERÊNCIAS.....	44
7. ANEXOS DAS CARTAS DE CESSÕES.....	46

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo teve por objetivo analisar o conhecimento, por parte dos professores, sobre o PNLD e sobre a escolha de livros didáticos. Foi fundamentada uma metodologia de análise de conteúdo, a partir de entrevistas com dois professores da rede pública de Caxias do Sul, uma professora da rede pública de Flores da Cunha e uma professora da rede pública de São Marcos, referente à escolha dos livros didáticos de História e aos critérios que cada um segue para fazer a seleção do material que ocorre de três em três anos nas escolas públicas.

O estudo se desenvolve a partir das escolhas que esses sujeitos fazem dos livros didáticos disponibilizados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), para o Ensino Médio e para o Ensino Fundamental, e das ideias de passado que influenciaram na escolha do material didático (livro) e em seu trabalho pedagógico. Como elementos tradicionais da cultura escolar, os livros ou manuais estão presentes na escola ao longo de séculos. No caso do Brasil, o século XX foi marcado pela expansão da produção e do uso de manuais escolares, seja para os alunos, seja para professores. Desde o início da República brasileira, estimulou-se a tradução e a produção desses manuais didáticos, servindo como manuais para os professores. Na década de 1980, teve início a estruturação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que, gradualmente, universalizou a aquisição e a distribuição de manuais para todas as disciplinas escolares e para toda a escolarização básica, incluindo alguns programas especiais para populações escolares específicas.

De certa forma, o livro didático configura-se como um dos instrumentos pedagógicos mais utilizados pelos professores em sala de aula, pois o livro acaba sendo, na maioria das vezes, o recurso mais prático que o professor para utilizar. Esses manuais didáticos são produtos complexos, porque possuem, na sua estrutura, diferentes perspectivas teóricas, editoriais, pedagógicas, políticas, ideológicas, etc, ou seja, “O livro didático e o material disponível é de uso generalizado em nossas escolas, muitas vezes, até por ser esse o único material impresso de que o aluno e até mesmo a escola e o professor dispõe” (PENTEADO,

2010, p.234). Além disso, esses livros didáticos não são produzidos somente pelos autores, pois esses profissionais analisam as expectativas do público consumidor, no caso os professores e os alunos.

À vista disso, optei trabalhar com este tema, pois, durante toda minha trajetória escolar, e até mesmo no início da minha graduação, nunca imaginei que os livros didáticos, para chegarem até as escolas, passam por escolhas dos próprios professores de cada área/disciplina. Quando cursei a disciplina de Metodologias do Ensino da História, já na graduação, em uma aula foi abordada essa questão, de quais critérios os professores utilizam na hora da escolha desse material, que é tido hoje como uma ferramenta indispensável para alguns professores. A intenção dessa pesquisa foi, portanto, analisar, segundo relatos dos próprios professores de História, quais critérios eles utilizam na escolha do livro didático, se eles consultam o portal do PNLD ou se simplesmente escolhem determinado livro pela quantidade de imagens, de quadros explicativos, etc.

O PNLD, além de avaliar as obras didáticas, disponibiliza essas obras e outros materiais de apoio à prática educativa. Esses materiais são para todas as escolas públicas de educação básica, atendendo aos níveis federais, estaduais e municipais, e também às escolas de nível da educação infantil. O Programa Nacional do Livro Didático atende aos diferentes segmentos da educação. São eles: educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Para que as escolas recebam os livros didáticos, é necessário que a escola pública participe do Censo Escolar do INEP e que a rede a qual ela está vinculada ou a escola federal tenha feito adesão formal ao programa. Os livros chegam às escolas entre outubro do ano anterior ao atendimento e o início do ano letivo. Nas zonas rurais, as obras são entregues nas sedes das prefeituras ou das secretarias municipais de educação, que devem efetivar a entrega dos livros.

As escolhas dos livros didáticos são feitas dentre as coleções inscritas no PNLD e aprovadas em avaliações pedagógicas coordenadas pelo Ministério da Educação, que conta com a participação de Comissões Técnica específica, integrada por especialistas das diferentes áreas do conhecimento correlatas, cuja vigência corresponderá ao ciclo a que se referir o processo de avaliação.

Como já falado anteriormente, durante toda minha trajetória escolar, nunca imaginei o longo processo de seleção até o livro didático chegar às escolas públicas, o qual exige que os professores selecionem, entre três livros, apenas um para trabalhar durante três anos letivos. Já ouvi falas de meus professores do ensino fundamental sobre como tiveram que escolher determinado livro, pois ele era o menos ruim de todos os que tinham para escolher, e, com isso, hoje, na graduação, fico me perguntando: será que os professores acessam ao portal do PNLD e analisam as avaliações da coleção? E, se acessam ao portal, o que eles acham de mais significativo na hora de escolher o livro didático?

Às vezes, acontece de o professor reclamar do livro que chegou até a escola, mas esse não acessa ao portal do PNLD para ver a avaliação da coleção dos livros didáticos para avaliar os tipos de exercício, de imagens e de textos que o livro contém ou se apresenta imagens. Ainda na questão do professor “reclamar” do livro, ele mesmo assim o utiliza. Em minha trajetória escolar, os professores aplicavam as atividades contidas nesses materiais quase sempre da mesma maneira, mandando copiar exercícios do livro ou resumir capítulos o que entendemos sobre determinado capítulo. Na minha opinião, isso não acrescenta muito para um ensino qualificado em cima do livro didático, pois existem diversas maneiras de se utilizar tal ferramenta de ensino, fazendo com que o aluno goste de usufruir de seu manual e, de certa forma, tenha uma aprendizagem significativa.

Foi com essa intenção que realizei esta pesquisa, pois, analisando dissertações, artigos, teses, interessei-me ainda mais pelo tema. O que farei de diferente das obras já publicadas sobre o assunto é um estudo de caso local, aproveitando referências de trabalhos já realizadas.

O primeiro trabalho referente ao tema que analisei foi o artigo de Júlia Silveira Matos, intitulado: “Ensino de História, Diversidade e os livros didáticos: História, Políticas e Mercado editorial”. Júlia Silveira Matos é professora de História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), possui licenciatura em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2002), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005) e doutorado pelo Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2008). Em sua obra intitulada “Ensino de História, Diversidade e os

livros didáticos: História, Políticas e Mercado editorial”, a autora faz a análise do papel que o livro didático assume no cotidiano escolar. Como objetivo principal da obra, a autora discute o livro didático não apenas como um recurso para a sala de aula, mas também como um produto comercial, que, segundo ela, está inserido em políticas de educação nacional. A autora destaca, também, a importância de estudar o PNLD, pois essa análise é fundamental para a compreensão dos critérios de seleção e de distribuição dos livros didáticos pelo Brasil. A autora explica ainda o título da obra, que teve por intenção analisar os procedimentos de produção desse material que são utilizados pelos professores nas salas de aula. Em geral, a autora analisa, durante toda sua obra, as políticas de seleção e de distribuição desses materiais para as escolas.

Outra obra analisada foi “Uma conta de chegada: a transformação provocada pelo PNLD nos livros didáticos de história”, de Aléxia Pádua Franco, que é professora Adjunta da Faculdade de Educação e do Centro de Educação a Distância da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. A autora apresenta vasta experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino de História e Educação a Distância, desenvolvendo pesquisas sobre ensino de História, novas tecnologias de comunicação e de informação, mídias, diversidade cultural, direitos humanos, livro didático, artefatos culturais, em suas interfaces. Para ela, o livro didático é o principal produto da maioria das editoras e para justificar tal afirmação, ela apresenta dados de livros produzidos a partir da década de 1990, período em que 70% dos livros eram voltados para o ensino. Apesar de o livro didático ser o principal produto da maioria das editoras e ter a importância que tem no contexto educacional, o Estado preocupa-se em controlar sua produção e distribuição. Por isso, hoje, esse controle de distribuição e de produção é realizado pelo PNLD, maior programa de material didático do mundo, criado em 1985, em substituição ao Programa do Livro Didático (PLID). Segundo a autora, os primeiros livros avaliados e distribuídos pelo PNLD foram os de Matemática, de Português, de Ciências, de História e de Geografia, para os anos iniciais do ensino fundamental, em 1997.

No artigo analisado de Célia Cristina Cassiano, cujo título é “Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de história e suas implicações curriculares”, a autora traz como principal objetivo mostrar a circulação do livro

didático no Brasil, na história recente do país. Ela cita os aspectos da circulação do livro didático até a chegada nas escolas. Apple observa que “são os livros didáticos que estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países através do mundo” (Apple, 1995, p. 85). Para a autora, estudar as relações concretizadas no processo de circulação do livro didático nos possibilita compreender das relações organizacionais e interpessoais entre indústria editorial, políticas públicas e instituição escolar, as quais deixam marcas no uso deste produto.

Isaíde Bandeira da Silva escreveu no ano de 2012 “O livro didático de História: escolha, usos e percepções de professores e alunos no cotidiano escolar.” Nesse artigo, a autora tem como objetivo principal identificar e analisar o processo de escolha dos livros didáticos no Estado do Ceará, relacionando-o com os usos que se faz desse instrumento no cotidiano. A autora usou como objeto de análise quatro escolas públicas e, em cada uma das escolas, focou em turmas de 6º ano. Como metodologia, foram realizadas entrevistas, questionários e observações diretas durante as aulas de História. Para encerrar sua pesquisa, a autora organizou uma roda de conversa e, como categoria de análise, usou o conceito de “apropriação”, de Chartier, e as categorias de “estratégias e táticas”, de Certeau. Como conclusão, a autora fala que mesmo com as transformações gráficas empregadas na produção do Livro Didático, ao final, ele é subutilizado em sala de aula.

Por fim, além das diversas formas existentes para escolha do livro didático, este trabalho busca fornecer mais subsídios para fundamentar essa escolha, considerando que a didática de cada professor é diferente.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO–METODOLÓGICA

A presente pesquisa se fundamentou em entrevistas individuais, contando com o auxílio de um “tópico guia”, espécie de roteiro para nortear a entrevista, o qual conta com aspectos centrais, como a preparação e o planejamento, a seleção dos entrevistados e uma introdução sobre técnicas de entrevistas individuais. Após ter feito as entrevistas, eu transcrevi todas elas, no qual resultou no levantamento das categorias, que foram mencionadas no resumo, e a tabela com essas categorias se encontra no capítulo 4.

Antes de iniciar qualquer entrevista, duas questões são fundamentais devem ser consideradas: o que perguntar e a quem perguntar. Para se ter uma boa entrevista, é fundamental ter um tópico guia bem estruturado, pois sua finalidade é dar conta dos fins e dos objetivos da pesquisa. Segundo os autores Martin Bauer e George Gaskell, o tópico guia não é uma série extensa de perguntas, mas sim um lembrete para o entrevistador, como uma espécie de cola caso esqueça um elemento primordial para o seguimento da entrevista. Para os autores, o tópico guia, como o próprio nome já diz, é apenas um guia, não devendo o pesquisador se tornar escravo dele. Embora o tópico guia deva ser bem planejado no início do estudo, ele deve ser usado com alguma flexibilidade (2002, p.66). Abaixo, segue o tópico guia que foi utilizado para guiar as entrevistas:

1. Em qual universidade você se formou?
2. Em que ano você se formou?
3. Você começou a trabalhar logo após ter se formado? Quanto tempo depois?
4. Você ficou muito tempo aguardando por algum concurso? Quanto tempo e para qual concurso?
5. A quanto tempo você já está atuando na profissão?
6. Você atua na rede estadual ou municipal?
7. Por quantas escolas você já passou?

8. Dentre as escolas que você passou, você percebeu alguma mudança de critérios na hora de escolher o livro didático? Se sim, quais as mudanças que você percebeu?
9. Apenas um tipo de livro por escola (editora, autor...)?
10. Qual a primeira coisa que você analisa no livro didático?
11. O que é um bom livro didático pra ti?
12. A seleção é feita de forma individual, conjunta? Se é realizada de forma conjunta, qual método utilizam? Como chegam a um acordo?
13. Você analisa os tipos de exercícios presentes nos livros? Que tipo de exercícios é ideal para você em um manual didático?
14. Você analisa o tipo de linguagem presente no manual? Exemplo: Se a linguagem é de fácil entendimento para que torne mais fácil a compreensão por parte dos alunos, etc.
15. Você analisa os tipos de imagens existentes no livro? Que tipo de imagens você acha interessante constar no manual para tornar “atrativo” ao aluno?
16. Como você avalia o portal do PNLD?
17. Você tem o costume de acessar o portal do PNLD para olhar a avaliação de determinada obra (livro didático)?

A seleção dos entrevistados se deu com a ajuda da professora orientadora Eliana Rela. Em uma primeira tentativa de buscar entrevistados, ao entrar em contato, não obtive sucesso, visto que apenas uma pessoa demonstrou interesse em participar da minha pesquisa. Com esse problema, entrei em contato com a professora orientadora, que logo solucionou o problema, conseguindo professores bem qualificados e com ótima formação, com os quais todas as entrevistas realizadas renderam informações interessantes para a construção das análises.

Abaixo, listarei alguns passos principais para se realizar uma boa entrevista:

- verificar que tipo de material irá se utilizar (gravador, filmadora, câmera, cadernos);

- agendar data, horário e local (conforme disponibilidade do entrevistado);
- conhecer bem o assunto abordado;
- conhecer seu entrevistado;
- ter sempre em mãos um bloco de anotações;
- as primeiras perguntas que serão feitas devem ser para iniciar uma conversa, deixando o entrevistado mais confortável;
- o entrevistador deve se identificar no início da entrevista;
- logo após, o mesmo deve contar sobre o que se trata a entrevista e, então, iniciar as perguntas;
- não interromper o entrevistado durante sua fala e, muito menos, iniciar um debate com o entrevistado;
- para a transcrição, é importante ouvir mais de uma vez;
- ser fiel ao que foi dito, não mudar e nem acrescentar nada;
- após a transcrição, deve-se mostrar a entrevista transcrita ao entrevistado, para que, a partir desse momento, ele autorize ou não o uso dela. Caso a resposta for positiva, ele deverá assinar a carta de cessão de direitos autorais.

Esses são os passos mais básicos a se seguir para a realização de um entrevista, seja ela individual seja ela coletiva. É importante lembrar que o ideal não é ir diretamente ao assunto, pois pode acontecer de o entrevistado se sentir desconfortável, e a entrevista não sair com bons resultados. Relembrando aqui que, após feita a transcrição de qualquer entrevista, deve-se levar ela até o entrevistado para que ele a leia e, após isso, será ou não autorizado sua utilização/publicação.

3. O PNLD E A EXPECTATIVA DO PROFESSOR

Segundo a autora Júlia Silveira Matos (2012, p.54), o ensino de História foi alvo do processo de criação dos Livros Didáticos, pois, segundo ela, é no ensino de História que encontramos um espaço amplo de possibilidades de críticas sociais e políticas. A comissão Nacional do Livro Didático não instituiu um único manual para todas as escolas, e, por esse fator, acabou sendo constituído um conjunto de diretrizes que orientavam a produção dos Livros Didáticos (p.54).

O livro didático é uma importante ferramenta utilizada por professores, também nas aulas de História, e distribuída pelo MEC, através do PNLD. Conforme registro do Portal PNLD (2019), essa política é um dos programas mais antigos, aqui falando na questão da distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino.

A distribuição de livros didáticos, como política pública, teve início em 1937, com a denominação de Instituto Nacional do Livro e, ao longo desses 80 anos, foi aperfeiçoada e teve diferentes nomes e formas de ser executada. Atualmente, o PNLD é voltado à educação básica, tendo como única exceção os alunos da educação infantil.

Conforme registrado na apresentação do Histórico do PNLD, essa política foi implantada através do decreto de lei n. 91.542, de 19/08/1985, e tinha por objetivo classificar quais obras didáticas deveriam estar nas escolas. Nesse momento, o contexto histórico em que o Brasil estava passando apontava transformações que levaram a algumas rupturas: a mudança da ditadura militar, a volta do regime democrático, a inclusão das minorias no cenário político e econômico para a educação. A partir disso, buscava-se novos projetos a serem seguidos, projetos compatíveis com os princípios democráticos e as reivindicações dos grupos ligados a esse núcleo. Para tanto, o PNLD trouxe algumas mudanças:

Indicação dos livros pelos professores, extinção do livro descartável e sua reutilização, aperfeiçoamento das especificações técnicas para a

produção do livro, ampliação da oferta para os alunos de todas as séries e finalmente, a participação dos professores no processo de escolha dos livros e o fim da participação financeira do Estado. (ODONNE; ROSA, 2006, p.190).¹

Os guias são produzidos a cada novo edital, por uma comissão de avaliação, para a escolha que ocorre a cada triênio para cada nível de ensino. A partir de 2002, os elementos que compõem os guias são: os comentários gerais sobre as coleções analisadas, os procedimentos e os critérios específicos e gerais de avaliação e ainda as resenhas críticas de cada coleção.

3.1 HISTÓRICO DO PNLD (1937/2012)

Neste subcapítulo farei uma cronologia referente à política pública para avaliação, escolha e distribuição dos livros didáticos para o sistema público de educação brasileiro. Vale ressaltar que tal política nasce no contexto do Estado Novo, momento em que Getúlio Vargas era presidente do Brasil. O presidente, na época, já havia criado o Ministério da Educação e Saúde. O plano das reformas educacionais implementadas pelo Estado no mandato de Getúlio Vargas, a partir da reforma Francisco Campos (1931-1932), teve o objetivo de organizar o ensino superior, o secundário e o comercial em nível nacional. Vale ressaltar que a reforma Francisco Campos, de 1931, foi a primeira reforma educacional de caráter nacional. Além de organizar o ensino superior, ela trouxe qualidade ao ensino secundário por meio de várias estratégias escolares, como a frequência obrigatória dos alunos, a imposição de um regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. Segundo registro do site do CPDOC, Francisco Campos assinou um decreto que afirmava ser preferível o sistema universitário ao invés das escolas superiores isoladas. Assim, estabeleceu como exigência para a fundação de uma universidade, a existência de três unidades de ensino superior: as faculdades de Direito, de Medicina e de Engenharia.

¹ Retirado do Histórico do Portal do Livro Didático

A recente modernização capitalista no Brasil, nos anos de 1930, trouxe a expansão de novas camadas sociais e abriu possibilidades de mobilidade social na estrutura de classes da sociedade brasileira, com a ampliação do mercado de trabalho e do mercado consumidor. Com a expansão das forças produtivas, a educação escolar foi considerada um instrumento fundamental de inserção social, tanto por educadores, quanto por uma ampla parcela da população que almejava uma colocação nesse processo.

Logo abaixo, segue uma breve cronologia do Programa Nacional do Livro Didático, cujas informações foram retiradas da página do Programa:

*1937, o Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, cria o Instituto Nacional do Livro. Após um ano da sua criação, em 1938, por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38, foi instituída a Comissão nacional do Livro Didático (CNLD), sendo essa a primeira política de legislação e controle da produção e circulação dos livros didáticos pelo país.

*1945 é consolidada, pelo Decreto-Lei nº 8.460, de 26/12/45, a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Aqui já é limitado a escolha do livro didático pelo professor.

*1966 é feito um acordo entre o Ministério da Educação e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional, permitindo a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted), que tinha por objetivo coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático. Esse acordo assegurou ao MEC recursos suficientes para a distribuição gratuita de 51 milhões de livros no período de três anos.

O programa da COLTED compreendia a distribuição de livros às bibliotecas escolares em seus três níveis de ensino: o primário, o secundário e o superior. No

nível secundário, o programa atendia às escolas normal, comercial, agrícola, industrial, como também instituições militares, entre outras. A COLTED, além de livros, previa cursos de treinamento para professores e bolsas de estudo, no exterior e no país, para professores e técnicos nas diversas atividades profissionais da indústria editorial.

A investigação do Programa de Bibliotecas da COLTED foi realizada tomando como referência o contexto histórico, a partir de estudos sobre a Guerra Fria. Ademais, discute a educação brasileira no período do regime militar. A análise é realizada a partir dos seguintes eixos: dependência dos países subdesenvolvidos, transferência educacional e controle político e ideológico da educação escolar, além da relação com a teoria do capital humano. Outro aspecto a ser considerado no estudo se refere ao fato de o programa da COLTED ter sido uma dos responsáveis pelo impulso significativo do mercado editorial brasileiro.

Os dados que destaco no histórico do PNLD foram todos coletados do próprio Portal do Programa Nacional do Livro Didático:

*1971, o INL (instituto Nacional do Livro) passa a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Pliddef), assumindo as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros que até então era a cargo da Colted.

*1976 Pelo Decreto nº 77.107, de 4/2/76, o governo assume a compra de boa parcela dos livros para distribuir a parte das escolas e das unidades federadas. Com a extinção do INL, a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) tornou-se responsável pela execução do programa do livro didático. Os recursos provêm do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e das contrapartidas mínimas estabelecidas para participação das Unidades da Federação. Devido à insuficiência de recursos para atender todos os alunos do ensino fundamental da rede pública, a grande maioria das escolas municipais é excluída do programa.

*1983 com a substituição da Fename, é criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que incorpora o Pliddef. Na ocasião, o grupo de trabalho encarregado do exame dos problemas relativos aos

livros didáticos propõe a participação dos professores na escolha dos livros e a ampliação do programa, com a inclusão das demais séries do ensino fundamental.

*1985 com a edição do Decreto nº 91.542, de 19/8/85, o Plidef deu lugar ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que trouxe diversas mudanças. (PNLD, 2019)

Conforme registro do PNLD (2019), as mudanças foram:

- Indicação do livro didático pelos professores;
- Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos;
- Extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias;
- Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores.

*1993/1994 Foram definidos critérios para a avaliação dos Livros Didáticos

*1996 inicia-se o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD, sendo publicado o primeiro “Guia de Livros Didáticos” de 1ª a 4ª série. Os livros foram avaliados pelo MEC conforme critérios previamente discutidos. Conforme registro do PNLD (2019), esse procedimento é aplicado até hoje, mas passou por algumas mudanças. Os livros que apresentarem algum erro, como ortográfico, preconceito, indução, serão excluídos do Guia do Livro Didático.

O propósito das avaliações pedagógicas dos livros didáticos tem como um dos objetivos zelar pela qualidade dos livros que serão inscritos no programa e que, posteriormente, poderão ser objeto de escolha pelos professores.

*2000, é inserida no PNLD a distribuição de dicionários da Língua Portuguesa para uso dos alunos de 1ª a 4ª série, e, pela primeira vez na história do programa, os livros didáticos passam a ser entregues no ano anterior ao ano letivo de sua utilização. Os livros para 2001 foram entregues até 31 de dezembro de 2000.

*2001 o PNLD amplia o atendimento aos alunos com deficiência visual que estão em salas de aula do ensino regular das escolas públicas, com livros didáticos em braile, para deficientes visuais. Atualmente, esses alunos são atendidos também com livros em libras, caractere ampliado e na versão MecDaisy.

*2002 Com o intuito de atingir em 2004 a meta de que todos os alunos matriculados no ensino fundamental possuam um dicionário de língua portuguesa para uso durante toda sua vida escolar, o PNLD dá continuidade à distribuição de dicionários para os ingressantes na 1ª série e atende aos estudantes das 5ª e 6ª série. Em 2002, foi executado o PNLD 2003.

A partir de 2006, os estudantes da rede pública das primeiras séries do ensino fundamental vão ter acesso a dicionários adequados à sua faixa etária e à série em que estão matriculados. Até então, os dicionários eram distribuídos pelo Ministério da Educação para as crianças na 1ª série do ensino fundamental e deveriam ser usados até a 8ª série, mesmo sendo inadequados para as crianças mais novas.

*2003, é instituído em outubro de 2003 o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM). Com execução em 2003, o PNLD 2004 atendeu aos alunos do ensino fundamental. Segundo informações do Portal do PNLEM (2019), hoje, o programa atende as três séries do ensino médio de todo o Brasil. Logo de início, o programa atendeu de forma experimental, 1,3 milhão de alunos da primeira série do ensino médio de 5.392 escolas das regiões Norte e Nordeste.

*2004, foi lançado a distribuição de livros didáticos de todos os componentes curriculares, para alunos de primeira a quarta série. Neste ano também foi criada uma ferramenta importante para a execução do PNLD, o Siscort, sistema direcionado a registrar e controlar o remanejamento de livros e a distribuição da Reserva

Técnica. Agora no ano de 2019, o Ministério da Educação está para lançar o novo Siscort. Conforme registro do PNLD (2019), devido às dificuldades de acesso, o sistema ficou um tempo indisponível. Agora, está em fase final de testes, e está sendo adaptado às novas tecnologias.

*2007 O FNDE adquire 110,2 milhões de livros para reposição e complementação de matrículas para 2ª a 4ª série (3º ao 5º ano) e a grade completa para alunos de 1ª e 5ª a 8ª série (1º e 2º e 6º ao 9º ano) para beneficiar, no ano letivo de 2008, 31,1 milhões de alunos de 139,8 mil escolas públicas, conforme registro do portal do PNLD (2019)

*2009 Houve aquisição de 114,8 milhões de livros didáticos para 36,6 milhões de alunos da educação básica pública, para utilização a partir de 2010, representando um investimento de R\$ 622,3 milhões. Ainda em 2009, foi investido cerca de R\$18,8 milhões na compra de 2,8 milhões de obras do PNLA, direcionadas à alfabetização de jovens e adultos, para utilização no mesmo ano, conforme registro do portal do PNLD (2019)

Em 2017 o FNDE investiu cerca de 1,3 bilhões em aquisição de livros para o PNLD 2017. Os dois programas beneficiaram mais de 32 milhões de alunos em 117 mil escolas públicas de todo o país, sendo 22,6 milhões de estudantes do ensino fundamental; 6,8 milhões do ensino médio e 2,5 milhões de alunos de escolas localizadas em zonas rurais. Parte desse valor, R\$ 116 milhões, já foi liberada pelo MEC no início da semana passada.

*2010 O atendimento ao EJA foi ampliado, sendo incorporado o PNLA ao PNLD EJA. Com isso, passaram a ser atendidos os alunos de 1º ao 9º ano das escolas públicas e entidades parceiras do PBA. Nesse ano foram investidos R\$20 milhões na aquisição e distribuição de mais de 2 milhões de livros direcionados à alfabetização, conforme registro do portal do PNLD (2019)

*2011 Pela primeira vez, são distribuídos livros de língua estrangeira (inglês/espanhol) e livros de Filosofia e Sociologia. Para os alunos do ensino fundamental, foram distribuídos os livros anteriormente

escolhidos, para reposição e complementação do PLND 2010 e do PNLD 2011. (PNDL, 2019)

3.2 AS AVALIAÇÕES DAS COLEÇÕES DOS LIVROS DIDÁTICOS E OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) possuem duas fases principais: a primeira é marcada pela candidatura dos livros para avaliação e posterior liberação da listagem dos indicados; a segunda é a fase na qual os professores a partir dessa listagem escolhem quais livros utilizarão em suas salas de aula.

É fundamental que os professores conheçam os critérios utilizados em cada avaliação, pois isso ajuda na valorização do uso seletivo dos livros didáticos adotados. Fiz a análise de dois manuais do PNLD: o do ano de 2014 e o do ano de 2017. Primeiramente, apresentarei quem avaliou as coleções dos livros didáticos do ano de 2014 e, após, o do ano de 2017.

A equipe avaliadora dos livros de História do PNLD 2014, segundo registro do PNLD (2014), foi composta por:

- um coordenador de área;
- um coordenador institucional;
- um assessor pedagógico;
- três coordenadores adjuntos;
- 31 pareceristas que trabalham em conjunto com técnicos da Secretaria de Educação Básica (SEB) e do Ministério da Educação (MEC).

Essa equipe de responsáveis diretos pela análise das obras é constituída por profissionais com formação inicial em História, atuantes no ensino de História na escolarização básica e no ensino superior. Parte deles trabalha com novas tecnologias da educação e da comunicação. Há, entre os avaliadores, professores com especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado, provenientes de todas as regiões brasileiras. Esses critérios de seleção dos profissionais da equipe promovem

a incorporação da diversidade de conhecimentos explorados na área de História, bem como a pluralidade cultural característica do nosso país.

Os critérios aplicados na avaliação dos livros em todas as áreas abrangidas pelo PNLD são comunicados ao público via edital. Para tanto, a Ficha de Avaliação, elaborada a partir do edital, é o principal instrumento do processo. Por ela, os avaliadores exploram cinco elementos constituintes das coleções a serem avaliadas: manual do professor, componente curricular História, proposta pedagógica, formação cidadã e projeto gráfico-editorial.

Abaixo, os critérios gerais utilizados na avaliação do PNLD 2014, conforme registro do PNLD (2014):

1. Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino fundamental;
2. Observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;
3. Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;
4. Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;
5. Observância das características e finalidades específicas do Manual do Professor e adequação da coleção à linha pedagógica nele apresentada;
6. Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção.

Abaixo, seguem os critérios específicos utilizados na avaliação do PNLD 2014, conforme registro do PNLD (2014):

1. Uso do conhecimento atualizado nas áreas de História e Pedagogia;
2. Anúncio da função social da História e dos pressupostos teórico-metodológicos veiculados pela coleção;
3. Estímulo ao conhecimento da historicidade das experiências sociais;
4. Desenvolvimento de conceitos, habilidades e atitudes na construção da Cidadania;

5. Emprego do texto iconográfico no desenvolvimento de habilidades de leitura, interpretação, considerando sua condição de fonte para a produção do conhecimento histórico;
6. Isenção de anacronismos e voluntarismos.

Quadro 1- Critérios gerais da avaliação de 2014

Avaliação no PNLD 2014

Ações	Sujeitos envolvidos*
Avaliação do suporte da coleção (papel, encadernação, impressão, entre outros)	Profissionais do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) da USP
Planejamento da avaliação das coleções e dos Objetos Eletrônicos Digitais (OEDs)	Coordenador de área e coordenador institucional
Leitura e pré-análise das coleções e dos OEDs	Coordenador de área e coordenadores adjuntos
Leitura, análise e avaliação das coleções e dos OEDs	Avaliadores da área de História
Acompanhamento e revisão dos documentos elaborados pelos avaliadores	Coordenador de área e coordenadores adjuntos
Leitura e análise dos pareceres de aprovação e das resenhas	Leitores críticos selecionados nas instituições de pesquisa
Avaliação da inteligibilidade das resenhas (trabalho com grupos focais)	Leitores críticos selecionados nos estabelecimentos da escolarização básica
Redação final do <i>Guia</i> do PNLD	Coordenador de área e coordenadores adjuntos

Fonte: Guia do livro didático de História, 2014, p.16

A avaliação resulta de um trabalho coletivo que inclui várias ações e dezenas de outros profissionais, como demonstrado na tabela acima. No ano de 2014, as coleções que foram avaliadas, conforme registro do PNLD, foram as seguintes:

- Encontros com a história;
- Estudar história: das origens do homem à era digital;
- História - Coleção Link;
- História e vida integrada;
- História em documento: imagem e texto;
- História nos dias de hoje;
- História, sociedade & cidadania: ed. reformulada;
- Jornadas.hist – história;
- Leituras da história;
- Novo história – conceitos e procedimentos;
- Para entender a história;
- Para viver juntos: história;
- Perspectiva história;
- Por dentro da história;
- Projeto Araribá – história;
- Projeto Radix – história;
- Projeto Teláris – história;
- Projeto Velear – história;
- Saber e fazer história;
- Saber e fazer história;
- Vontade de saber história.

Além disso, o guia de 2014 apresenta em forma de tabela as mudanças que a avaliação do livro didático de História sofreram de 1985 até o ano de 2012.

A equipe avaliadora dos livros de História do PNLD 2017, conforme registro do PNLD (2017), foi composta por:

- 01 Coordenador Institucional, responsável pela coordenação administrativa do processo de avaliação do PNLD na Instituição;

- 01 Coordenador Pedagógico, especialista na área do conhecimento específico, responsável pela coordenação do processo avaliativo e pelos trabalhos da equipe de avaliação;
- 02 Coordenadores Adjuntos, que são especialistas na área curricular objeto da avaliação e em Ensino Fundamental anos finais, integrantes do Colegiado de Coordenação;
- 01 Assessor responsável pelo assessoramento pedagógico ao processo avaliativo;
- 02 Leitores críticos responsáveis pela leitura crítica da apresentação e das resenhas das obras aprovadas no Guia do LD, sendo um deles docente da Educação Básica em redes públicas de ensino do país;
- 01 designer gráfico responsável pela criação artística e editorial do Guia em formato digital;
- 01 Coordenador Pedagógico do Guia do Livro Didático (versão digital e versão impressa);
- 02 revisores de linguagem e 03 técnicos de apoio pedagógico-administrativo.

Na avaliação das obras didáticas de 2017, os avaliadores dividiram o processo em oito etapas, conforme registro do PNLD 2017. São elas:

1ª etapa: em primeiro lugar, o MEC, por meio da Secretaria da Educação Básica e da Comissão Técnica para o PNLD, reuniu, nesse ano, um grupo de especialistas de Universidades para cada uma das áreas específicas, designado pelo MEC, e lançou um Edital público, no qual foram estabelecidos os critérios que norteariam a avaliação. De posse deste Edital, as Editoras apresentaram as obras para avaliação.

2ª etapa: após das obras estarem inscritas, elas passaram por uma triagem, realizada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de São Paulo. Nessa triagem, foram verificadas condições básicas de qualidade como resistência, observância de critérios mínimos quanto a papel, impressão etc. Foram também verificados os documentos apresentados pela Editora, o que envolve a legalidade de

uma produção sujeita a Direitos autorais e que, para ser comprada pelo Governo, tem que estar dentro de normas regulamentares.

3ª etapa: as Universidades públicas brasileiras, atendendo a outro Edital, candidataram-se para avaliar as diversas áreas do conhecimento. Suas propostas foram analisadas por uma comissão designada pela Secretaria de Educação Básica (SEB). Exemplo: na área da História, para o PNLD 2017 foi selecionada a Universidade Estadual de Londrina. Essa escolha considerou o projeto apresentado por aquela instituição, bem como o reconhecimento nacional de seus pesquisadores e sua produção a respeito do Ensino de História.

4ª etapa: A coordenação pedagógica de área, com as coordenações adjuntas e a assessoria pedagógica, após definição da Universidade selecionada, prepararam e coordenaram todo o processo de avaliação, durante todas as etapas, com a supervisão da Comissão Técnica do MEC: definiram as fichas que foram usadas, convidaram os avaliadores de diferentes regiões brasileiras, cuidaram de toda logística de distribuição de obras para os avaliadores, coordenaram o trabalho de análise, finalizaram todos os pareceres e resenhas e prepararam a versão final do Guia.

5ª etapa: duplas de avaliadores leram cuidadosamente cada coleção, tendo em vista os critérios estabelecidos no Edital, e emitiram seus pareceres em detalhadas e complexas fichas de avaliação. As coleções foram descaracterizadas e cada avaliador não sabia quem era o seu par até que sua avaliação individual se finalizasse e se passasse à etapa de consolidação do parecer em torno da obra.

6ª etapa: após um período de discussão entre pareceristas, coordenação de área e coordenação adjunta, as obras foram classificadas em aprovadas ou reprovadas, sendo que as aprovadas tiveram suas resenhas lidas por um grupo de professores da rede pública. Esses professores avaliaram a validade, a consistência e a clareza da resenha e, principalmente, a condição de ser um instrumento que favorecesse a leitura por parte de outros professores de todo o país.

7ª etapa: uma equipe composta pela assessoria de área, coordenação de área, revisores e diagramadores prepararam o Guia em sua versão final.

8ª etapa: o MEC, por fim, publicou, após a validação de todo o trabalho pela Comissão Técnica da área, o Guia para que norteasse a escolha a ser feita por parte de professores nas escolas.

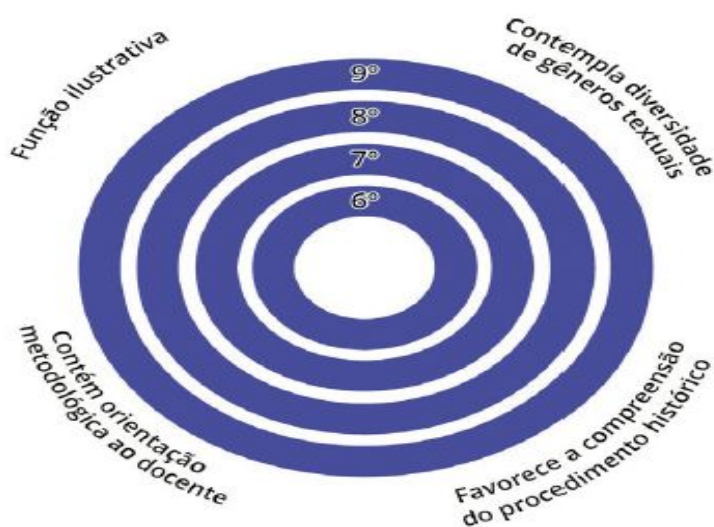
Após feita a análise desses dois guias do PNLD, pude perceber que o guia de 2014 é mais completo do que o guia de 2017 em alguns aspectos. O guia de 2014 nos apresenta muito mais tabelas, que, na minha visão, facilitam a compreensão do que está sendo apresentado. Na questão das coleções que foram avaliadas em 2014, o guia contém uma tabela com todas elas e mostra, em formato de uma legenda, se a coleção é (-) ou (+). Já o guia de 2017 apresenta pouquíssimas tabelas, sendo predominantemente formado por gráficos, os quais apontam cinco itens que devem constar nas obras do ano:

- o tratamento escolar das fontes históricas;
- a relação entre texto-base e atividades;
- o tratamento das questões de temporalidade histórica;
- a temática afro-brasileira;
- a temática indígena

Abaixo, segue uma ilustração contida no Guia de 2017, referente ao tratamento escolar das fontes históricas. Esse gráfico representa o primeiro item estabelecido pelo guia.

Quadro 2- Tratamento das fontes históricas

Tratamento escolar das fontes históricas



Na parte das coleções que foram aprovadas, o guia não utiliza de tabelas para explicar o processo. Entretanto, são anexadas as resenhas de cada uma das obras selecionadas. As obras avaliadas em 2017 foram as seguintes:

- Historiar;
- Projeto Mosaico - História;
- Vontade de Saber - História;
- Projeto Araribá - História;
- História para nosso Tempo;
- Estudar História: Das origens do Homem à Era Digital;
- História nos dias de hoje;
- Projeto Teláris - História;
- Projeto Apoema - História;
- História.Doc;
- Piatã - História;
- História, Sociedade e Cidadania;
- Jornadas.Hist. - História;

- Integralis - História

Nas obras que foram avaliadas, as de 2014 apresentam um quadro síntese de cada uma delas com a avaliação (-) ou (+) e mais as resenhas de cada obra. São relacionadas, também, várias fichas neste edital, em que é mostrado a equipe de avaliação e cada critério utilizado nas avaliações. As obras de 2017 apresentam apenas as resenhas de cada uma delas e a ficha de avaliação sobre as obras que foram avaliadas.

No guia de 2017, essa ficha não é apresentada, constando apenas o modelo que é utilizado. Segundo a autora Flávia Eloisa Caimi, em seu estudo realizado recentemente, tomando como fonte o Banco de Teses da Capes, verificou-se que, no período de 1998 a 2007, foram postadas 65 dissertações tratando especificamente do livro didático de História. Para a autora, o que lhe chamou a atenção foi o fato de haver apenas cinco dissertações, em um conjunto de 65, dedicadas a investigar os processos intraescolares de seleção e o uso deste importante objeto cultural que é o livro didático de História.

Estranhamos que o professor, como principal agente da escolha e, juntamente com o aluno, o principal protagonista do uso do livro didático, tenha recebido tão pouca atenção num dos mais importantes meios de pesquisa que ora dispomos, que são as dissertações de mestrado. (CAIMI, 2013, p.110)

Hoje, debruçando-me ainda mais nesse estudo, vejo o quão importante é o professor acessar ao portal do PNLD para identificar as coleções que estão chegando até a escola, verificando a avaliação de cada uma delas, pois precisamos ter em mente que não estamos escolhendo o livro didático para nós, professores, mas sim para os nosso alunos. Por isso, é preciso que tenhamos claro que precisamos escolher um livro que desperte a atenção dos alunos e que apresente um conteúdo que o prenda e desperte sua atenção. Todavia, isso não irá acontecer se escolhermos o livro só porque temos que escolher. Esse recurso deve ser um

aliado do professor, o qual precisa saber que grande parte dos alunos das escolas públicas de hoje só tem acesso ao livro didático que a escola oferece. Enquanto isso ainda ocorre, muitas vezes, alguns professores sequer chegam a utilizar o livro de maneira com que faça o aluno se interessar pela aula e pelo conteúdo que está sendo estudado, prejudicando sua aprendizagem.

Segundo Flávia Caimi (2013), espera-se que o professor não tome o livro didático como uma prescrição e/ou imposição ao seu trabalho, lançando mão de outros materiais pedagógicos e refutando as proposições do livro que não condizem com a sua proposta de trabalho.

Entendido atualmente como um suporte cultural que opera para além da escola, já que constitui, muitas vezes, o único material de leitura que entra nas casas dos estudantes de escolas públicas brasileiras, o livro didático é também considerado um importante instrumento de trabalho para os processos de ensino-aprendizagem escolares, um significativo auxiliar para o trabalho do professor e um elemento bastante presente na formação das novas gerações.(CAIMI, 2013, p.110)

Logo abaixo, apresento o quadro síntese que está presente no guia do PNLD 2014 sobre cada obra avaliada neste edital.

Quadro 3 - Obras avaliadas em 2014 pelo PNLD

Quadro síntese - Avaliação das coleções de História - PNLD 2014

Coleção	1	2	3	4	5
Encontros com a história					
Estudar história: das origens do homem à era digital					
História - Coleção Link					
História e vida integrada					
História em documento: imagem e texto					
História nos dias de hoje					
História, sociedade & cidadania: ed. reformulada					
Jornadas.hist - história					
Leituras da história					
Novo história - conceitos e procedimentos					
Para entender a história					
Para viver juntos: história					
Perspectiva história					
Por dentro da história					
Projeto Araribá - história					
Projeto Radix - história					
Projeto Teláris - história					
Projeto Velejar - história					
Saber e fazer história					
Vontade de saber história					

Legenda (-) (+)

Fonte: Guia do livro didático de História, 2014, p.19

Conforme apresentado neste quadro síntese, alguns livros didáticos têm qualidades acima das mínimas exigidas, o que pode, ou poderia, influenciar no processo de escolha, no qual o professor é o agente.

4. DIFERENTES METODOLOGIAS PRESENTES NOS LIVROS DIDÁTICOS ESCOLHIDOS PELOS PROFESSORES DE HISTÓRIA

Como já havia falado anteriormente, foram realizadas entrevistas individuais com professores de História da rede municipal de Caxias do Sul, São Marcos e Flores da Cunha. Para a preparação para essas entrevistas, utilizei uma espécie de “tópico guia”, o qual, para os autores Martin Bauer e George Gaskell (2002), não é uma série extensa de perguntas, por funcionar apenas como um lembrete para o entrevistador, como uma espécie de cola caso o entrevistador tenha um “branco” no meio de uma entrevista.

Para a construção deste capítulo, foi elaborado uma tabela, comparando as diferentes metodologias que cada professor utiliza na hora da escolha dos livros didáticos, o que eles analisam primeiro e se acessam o portal do PNLD. Porém, antes de iniciar a análise das entrevistas, farei, brevemente, a apresentação dos professores que fizeram parte das entrevistas:

Professora A: graduada em História pela Universidade de Caxias do Sul, no ano de 2001, já está na profissão há mais ou menos vinte anos e durante sua trajetória, passou por escolas estaduais e municipais, mas hoje trabalha somente no município de Flores da Cunha com turmas de EJA. Fez concurso para o município de Flores da Cunha e não ficou muito tempo aguardando para ser chamada e passou por quase todas as escolas da rede municipal de Flores da Cunha. É mestre em História pela Universidade de Caxias do Sul, onde defendeu sua dissertação em julho de 2019, cujo título é: “Mulheres sem rosto: imagens do feminino nos livros didáticos de História do ensino fundamental(2004-2012)”.

Professora B: graduada em História pela Universidade de Caxias do Sul, no ano de 2014, está na profissão há oito anos e atua na rede estadual de ensino na cidade de São Marcos. Durante seus oito anos de profissão trabalhou nas mesmas duas escolas que atua até os dias de hoje. Seu primeiro concurso foi feito para a prefeitura de Caxias do Sul no ano de 2012, no qual, infelizmente, não foi aprovada. O segundo concurso que realizou teve um resultado positivo em relação à prova, porém o concurso foi cancelado, e ela hoje atua somente na rede estadual de ensino. Atualmente, está no mestrado em História da Universidade de Caxias do Sul.

Professora C: graduada em História pela Universidade de Caxias do Sul, no ano de 1990. Atua na profissão há mais de 20 anos e já trabalhou em escolas estaduais e municipais nos municípios de Flores da Cunha e Caxias do Sul. Antes de se formar, já começou a atuar na profissão, fez concurso para o município em 1992 e, no ano seguinte, foi chamada. Atualmente, é professora da rede municipal de Caxias do Sul.

Professor D: graduado em História pela Universidade de Caxias do Sul, no ano de 2006. Já atua na profissão há 10 anos, começou a trabalhar na profissão no ano de 2009 e ficou algum tempo aguardando concurso. Atualmente, é professor da rede municipal de Caxias do Sul e está no Mestrado Profissional em História da Universidade de Caxias do Sul.

Quando perguntei para cada professor se eles observaram mudanças de critérios para a escolha dos livros didáticos, a professora A respondeu que sua experiência com livro didático foi “curta”, sendo feita sua última escolha no ano de 2009. Para ela, não houve mudanças de critérios, sempre sendo utilizados os mesmos. A professora B relata que, logo que começou na profissão, não havia escolha dos livros didáticos, pois as obras eram impostas pelo MEC; portanto, para ela, no decorrer do tempo houveram, sim, mudanças. A professora C relata que houveram mudanças e que, na escolha deste ano, eles estão observando se os livros estão de acordo com a nova base nacional comum curricular (BNCC), assim como com cronograma de conteúdos programados para seguir. O professor D relatou apenas que há opções de escolhas de livros didáticos.

Na questão *O que cada professor analisa primeiro no livro didático*, a professora A afirma que analisa, primeiramente, as imagens, por gostar de muitas gravuras; a professora B analisa o tipo de texto que o livro apresenta, se o texto apresenta uma linguagem de fácil compreensão para o aluno; a professora C analisa os textos complementares, se há ou não a presença de fotos, de documentos históricos e de textos de apoio; o professor D opta por tentar escolher um livro que tenha equilíbrio entre uma quantidade de textos e de infográficos, além de imagens e mapas. Para ele, o livro não pode ser muito denso em termos de texto. O professor também citou que tem preferências por determinadas coleções.

Sobre como são feitas as escolhas dos livros didáticos, a professora A sempre fez as escolhas sozinha, pois, na escola onde trabalhou, era somente ela da área; a professora B faz a escolha com mais duas professora da área, as quais sentam, analisam e trocam ideias até chegarem em um acordo; a professora C trabalha em duas escolas: em uma das escolas, ela faz a escolha sozinha, pois é a única professora da área - ela comentou que acha isso ruim, pois não se tem um colega ao lado para trocar ideias; já na outra escola, ela faz a escolha com mais colegas, em que é possível fazer trocas de ideias, facilitando a escolha; o professor D faz a escolha conjunta com mais professores da área, porém ele dá a preferência de escolha para os docentes que estão há mais tempo na escola, ficando sua escolha como segunda opção.

Quando perguntei aos professores *sobre o que é um bom livro didático para eles*, tive diferentes respostas: para a professora A, um bom livro didático é um livro que apresenta muitas imagens e que tenha cópias de documentos, pois para ela são itens que o aluno acaba tendo um maior interesse. Para a professora B, um bom livro didático é aquele que possui textos claros e um número bom de imagens. Ela também destacou outros problemas verificados nos livros, como os de vocabulário e de textos que não se adequam ao ano e a idade do aluno. A professora C achou a pergunta complicada. Ela citou o que na visão dela um livro didático precisa abranger para ser considerado um bom livro. Segundo ela, o livro precisa dispor de textos complementares, precisa fazer relação passado e presente, precisa conter os conceitos básicos que serão trabalhados, pois, se há a necessidade de o professor utilizá-lo, ele precisa ter acesso a isso. Ela destacou que a coisa mais importante para a composição de um bom livro didático da disciplina de história são os mapas, pois são fundamentais para a localização do aluno no espaço geográfico. Ela até comentou que os mapas das escolas em que lecionada estão todos riscados, uma vez que, quando explica o conteúdo, ela faz flechinhas e riscos para localizar o aluno no espaço. O professor D falou em algumas coleções que ele prefere para trabalhar, mas para ele um bom livro didático é um livro que consiga equilibrar um número bom de textos, de imagens, de infográficos e de mapas.

Na *questão das análises de linguagem dos livros* na hora da escolha, a professora A falou que é importante analisar o tipo de linguagem que o livro

apresenta, pois, segundo ela, o livro é um aliado do professor. Ela também comentou que, às vezes, quando está muito cansada ou é um dia chuvoso que falta metade da turma, ela utiliza o livro. Nesse caso, ela gosta de analisar o índice, a materialidade do livro e gosta de questionar aos alunos, fazendo a seguinte pergunta: de onde surgiu o livro? como surgiu o livro? Nesse tipo de aula, ela gosta de fazer explosões de ideias com a turma. A professora B disse que alguns livros contêm a linguagem um pouco complexa para os alunos e que é importante analisar o tipo de linguagem. A professora C falou que normalmente analisa isso, mas, ao contrário da professora B, para ela os livros são de fácil compreensão e raramente é difícil de ler e compreender. O professor D não deu muito enfoque à pergunta, focou mais na questão dos exercícios que o livro disponibiliza. Ao final de sua fala, ele comenta que a História é uma matéria muito rica, não só em livros, mas também em filmes também, “conversando” com a atualidade.

O que mais me chamou atenção foi a última pergunta da entrevista, em que todos os professores responderam a mesma coisa. Foi feita a pergunta sobre o portal do PNLD, se o professor tem o costume de acessar para saber a avaliação da coleção que foi até a escola, e constatou-se que nenhum dos entrevistados tem o costume de acessar esse recurso.

A professora A não tem o costume de acessar ao portal, só o tendo consultado para o mestrado. A professora B disse nunca ter acessado o portal e que não tem esse hábito. A professora C nunca entrou no portal. O professor D também não acessa ao portal e fala que não é falha dele. Ele argumenta que: “quando tu estás em sala de aula tu tem um monte de coisas pra fazer” e cita exemplos:

um grupo começa a brigar dentro da sala de aula, aí tu precisa ir lá e separar, tu precisa administrar aquele grupo que é mais apático e, com isso, surge um monte de coisas que o professor precisa fazer. (professor D, 2019)

Ele ressaltou que a estrutura que temos nas escolas de hoje é uma estrutura engessada, pois:

“se tu quiser fazer uma atividade que foge de uma aula expositivo dialogada, tu precisa movimentar muitas coisas dentro da escola até chegar naquela aula.(professor D, 2019)”

Para ele, essas razões todas acabam desmotivando ao professor.

Após terem sido realizada as entrevistas, pude perceber que os professores não parecem reconhecer a importância de uma boa escolha. Se todos os professores entendessem que livros didáticos com textos adequados, informações atualizadas e atividades condizentes com as potencialidades dos alunos na escola poderiam facilitar muito o seu trabalho

Nem vilão, nem herói, o livro didático tem presença constante na educação escolar brasileira, uma presença que persiste ao longo de muitas décadas e que se configura como resultado de uma longa trajetória, confundindo-se com a própria história da escola e do ensino. No caso da História como disciplina escolar, o livro didático nacional está presente desde a criação da disciplina, no Colégio Pedro II, em 1838 (CAIMI,2013, p.113)

Abaixo, segue a tabela construída a partir das entrevistas realizadas

Tabela 1 - Relação de entrevistas

	PROFESSOR A	PROFESSOR B	PROFESSOR C	PROFESSOR D
Local de formação	Formou-se na UCS	Formou-se na UCS	Formou-se na UCS	Formou-se na UCS
Observa mudanças de critérios?	Último ano que escolheu livro foi em 2009/ há opções de escolha - não observou mudanças de critérios de escolha	Há várias opções de escolha - quando comecei, não se tinha escolha de livros - vinham coisas imposta pelo MEC	Há opções de escolha - há um cronograma de conteúdos para trabalhar - estão olhando se está de acordo com a BNCC	Há opções de escolha

Primeira coisa que analisa no livro	Primeira coisa que analisa são as imagens	Primeira coisa que analisa é o tipo de texto	Primeira coisa que analisa são os textos complementares	A qualidade do livro X geracional preferências do professor entre algumas coleções
A escolha é de forma conjunta ?	Fazia a escolha sozinha, pois era a única professora da área	A escolha é feita de forma conjunta. Após análises, chegam em um acordo	Em uma das escolas em que trabalha, ela escolhe sozinha, o que acha ruim, pois não tem com quem trocar ideias - na outra escola, escolhe em conjunto	Escolha é feita de forma conjunta - dá preferência de escolha para o professor que está a mais tempo na escola - a dele fica como segunda opção
Palavras chaves das falas dos profs	Livro é um aliado do professor			Escolhas precipitadas
Acessa ao Portal do PNLD? Tem o costume ? Como avalia?	Não sabe como está o portal do PNLD - só acessou devido ao mestrado - não tem costume de acessar	Nunca acessou ao portal do PNLD - não teve esse costume ao longo da carreira	Nunca entrou no portal	Nunca acessou ao portal - muitas coisas para fazer e se preocupar na escola - desmotivação do professor
				Falta de qualidade do livro

Pude perceber que todos os professores fazem a utilização dos livros em aulas de História, alguns com menos frequência e outros com mais. Com isso, pode-se perceber que o professor é colocado em uma posição “marginal” e o livro assume o centro da aula. Importante ressaltar que no processo de ensino e de aprendizagem, o livro didático pode ser um instrumento muito contributivo, desde que o professor o perceba como um produto da sociedade e, dessa maneira, utilize-o dentro de seus limites, ou seja, apenas como um recurso e não como um meio pelo qual o ensino e aprendizagem se realizam.

Por isso, a importância de se acessar ao Portal do Programa Nacional do Livro didático, pois o guia não é apenas um instrumento de auxílio para os professores, mas também de influência direta em seus critérios de escolha.

Para Kazumi Munakata (2009), os professores são capazes de ministrar ótimas aulas a partir de péssimos livros, o livro didático é seu principal recurso em sala e, portanto, muitas vezes um limitador de suas ações educativas e reflexivas. Nesse sentido, afirmou Munakata

O próprio PNLD lamenta que os professores adotam sistematicamente os livros mal avaliados (...) simplesmente ignoram o Guia de Livros Didáticos, não por acharem difíceis as resenhas – como avaliou um documento do PNLD, e sim porque preferem fazer suas escolhas ‘ com o livro na mão’” (MUNAKATA, 2009, p.144).

A autora Júlia Silveira Matos faz um questionamento no seu próprio texto, onde questiona a afirmação de que seria “lamentável” os professores fazerem a escolha de livros “mal” avaliados. A questão que ela levanta é a seguinte: “Para quem esses livros foram mal avaliados?”. A autora ressalta que mesmo tendo equipes especializadas na avaliação dos livros didáticos, temos que considerar as diferentes realidades dos professores no Brasil em sala de aula, as que dizem respeito às dificuldades locais de estruturas e de recursos públicos específicos entre outras diversidades que, na visão dela, os avaliadores, na maioria das vezes, desconhecem e não preveem nas tabelas avaliativas.

Portanto, a “má” avaliação de alguns livros didáticos não significa que os livros não apresentam possibilidades de se ter uma “boa” utilização nas diferentes

realidades. Durante a entrevista, o professor D relatou que muitas escolhas dos livros didáticos são feitas de forma precipitada. Ele dá o exemplo da escola onde lecionou e citou o livro de Geografia. Mas o que seriam essas escolhas precipitadas? Na visão dele, falando do livro de Geografia, esse não constava nenhum dado do IBGE. Ele relatou que nunca imaginou encontrar um livro de Geografia com uma lacuna tão grande assim, então ele levava dados do FBI e da CIA. Além disso, ele considerava a diagramação do livro ruim, pois para ele a diagramação deve levar em consideração o esteticamente “bonito” e bem acabado, o que não era o caso desse livro específico. Ao final de sua fala, ele relatou que isso foi exceção, mas de resto os livros didáticos são bons.

O que ficou com um maior vácuo nessas entrevistas realizadas foi o fato dos próprios professores de História não acessarem ao Portal do Livro Didático, uma ferramenta gratuita disponível para todos. A circunstância da professora A ter acessado ao portal somente devido ao mestrado não significa que ela tenha um conhecimento adequado sobre ele. Segundo a docente, não se deve esperar um portal adequado com o atual ministro da educação, mas, ao acessar para pesquisas para a sua dissertação, comentou que, no início do ano de 2005, o guia era mais completo do que o guia de 2012 em diante.

Outro ponto que me chamou a atenção durante a realização das entrevistas foi o fato de nenhum professor ter dito que antes de se fazer a escolha do livro didático é analisada a realidade em que a escola está inserida, a questão dos alunos, a realidade que esses alunos apresentam.

Na minha visão, acho que no geral falta esse olhar mais crítico por parte dos professores antes de se fazer a escolha dos livros. Temos a nossa disposição, totalmente gratuito, um programa que nos ajuda a conhecer melhor a coleção. Como já mencionado anteriormente, o uso do livro didático é indispensável em uma aula de História, claro que não de uma maneira exagerada, mas, em alguns casos, aquele livro didático é o único livro ao qual determinados alunos terão acesso. Por isso, é de grande importância para uma aula de História se fazer o uso adequado dos materiais didáticos, não simplesmente chegar e pedir para que o aluno copie determinados exercícios e que resuma com suas palavras tal parte de um capítulo, como aconteceu comigo em um bom tempo da vida escolar. Esse tipo de uso não

motiva aluno algum a participar de uma aula de História, por isso há a extrema importância de se fazer uma boa escolha, pois os livros não são para nós professores, mas sim para os nossos alunos Nas palavras da autora Flávia Eloisa Caimi:

Dito de outro modo, professores de História bem informados, com acesso a conhecimentos oriundos de diferentes fontes, têm melhores possibilidades de exercer qualificadamente o seu trabalho, descortinando horizontes mais amplos, posicionando-se com maior autonomia diante das demandas da sua profissão e, conseqüentemente, fazendo escolhas e utilizações do livro didático com maior protagonismo. (CAIMI, 2013, p.106)

5. CONCLUSÃO FINAL

O que foi possível identificar a partir do estudo de caso proposto neste TCC sobre o conhecimento dos professores acerca da Política Nacional do Livro Didático, aqui enfatizando a questão das escolhas desses manuais e, também, o do conhecimento acerca do Portal do PNLD, foi a enorme falta de informação sobre o Guia Digital do Livro Didático, uma vez que, alguns, mesmo sabendo que esse guia está disponível para todos, de forma gratuita, não pareceram se importar com a pergunta que foi feita em relação ao conhecimento do Portal do PNLD.

Através do questionário utilizado como uma “cola” durante a entrevista, ficou claro que a maior parte dos professores fazem, basicamente, o mesmo tipo de escolha, aqui ressaltando as questões mais básicas que foram feitas na entrevista, como: o que observam primeiro, o que é um bom livro didático e, principalmente, o quanto conhecem sobre o portal do PNLD.

Seria interessante aprofundar ainda mais pesquisas com esse caráter de investigação, para detectar o conhecimento dos professores em relação a essa política nacional que garante a escolha e a distribuição dos livros didáticos nas escolas, a fim de detectar o conhecimento sobre o portal do PNLD. Além disso, seria interessante produzir um curso para os professores de todas as áreas das escolas públicas que estão envolvidos com escolhas de livros didáticos, para que eles fiquem inteirados sobre como funciona essa política pública que é o Programa Nacional do Livro Didático e, também, para que percebam como nós, docentes, temos ferramentas muito importantes, porém pouco conhecidas por boa parte dos professores.

6. REFERÊNCIAS

MATOS, Silveira Júlia. *Ensino de História, Diversidade e os livros Didáticos: história, políticas e mercado editorial*. Ed. Da Universidade do Rio Grande, 2013.

CAIMI, Flávia, Eloisa: *A(s) história(s) contada(s) no livro didático hoje: entre o nacional e o mundial*. Rev. História Brasil, 2014.

CAIMI, Eloisa, Flávia: *Apropriações do tempo presente no livro didático de História: O caso das Jornadas de junho 2013*.

CAIMI, Flávia Eloisa. *O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos*. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Livros Didáticos de História: Entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. *Circulação do livro Didático: Entre prática e prescrições. Políticas públicas, editoras, escolas e o professor na seleção do livro escolar*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

FRANCO, Alexia Pádua. *Uma conta de chegada: A transformação provocada pelo PNLD nos livros didáticos de História*. In: MAGALHÃES, Marcelo e outros (orgs). *Ensino de História: Usos do passado, memória e mídia*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

MATOS, Júlia Silveira: *Os livros didáticos como produtos para o ensino de História: uma análise do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD*. Rio Grande, 2012.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. *Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de História e suas implicações curriculares*. São Paulo, 2004.

EDUCAÇÃO, Ministério da. **PNLD**. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>>. Acesso em: 14 de agosto de 2019.

EDUCAÇÃO, Ministério da. Ministério da Educação. Disponível em:<<https://www.mec.gov.br/>>. Acesso em: 14 de agosto de 2019.

XAVIER, Érica da Silva. *OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA OS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: A (DES) CARACTERIZAÇÃO DA CANÇÃO COMO FONTE HISTÓRICA*. Xxvii Simpósio Nacional de História, Natal, v. 1, n. 1, p.1-11, jul. 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364929459_ARQUIVO_ARTIGOANPUH-2013.pdf>. Acesso em: 29 de agosto de 2019.

TALAMINI, Jaqueline Lesinhovski. *O uso do livro didático de História nas séries iniciais do ensino fundamental: A relação dos professores com os conceitos presentes nos manuais*. 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.ppge.ufpr.br/teses/M09_talamini.pdf>. Acesso em: 6 de setembro de 2019.

MORAES, Marcelo Antonio Bueno; GARCIA, Tânia Maria Figueiredo Braga. O papel do guia do livro didático de História/PNLD no processo de escolha dos livros pelos professores dos anos finais do ensino fundamental. In: *30° SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 2019, Recife. Recife: Anpuh-brasil, 2019. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564715748_ARQUIVO_MarceloMoraeseTaniaGarciafinalAnpuh.pdf>. Acesso em: 31 de outubro de 2019.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*. 13. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2002. 520 p.

FERNANDES, Aleksandra Nogueira de Oliveira; AGUIAR, Ana Lúcia Oliveira; *O ensino de História e o lugar do livro didático na transportação didática do saber escolar*. Holos, Rio Grande do Norte, v. 1, n. 1, p.1-4, ago. 2015. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5317>>. Acesso em: 15 de setembro de 2019

7. ANEXOS DAS CARTAS DE CESSÕES

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu, Marcio Rodrigues

CPF nº 813.876.100-82 declaro, ceder ao acadêmico Fernando Tomazzoni sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao projeto: quais critérios os professores utilizam na hora da escolha do livro didático de História.

O acadêmico fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Caxias do Sul, 19 de agosto de 2019

Marcio Rodrigues

Assinatura do depoente

**CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS
SOBRE DEPOIMENTO ORAL**

Pelo presente documento, eu, Laura Bandeira Perazzo

CPF nº 017114880-03, declaro, ceder ao acadêmico Fernando Tomazzoni sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao projeto: quais critérios os professores utilizam na hora da escolha do livro didático de História.

O acadêmico fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Caracas do Sul, 14 de agosto de 2019

L. Perazzo

Assinatura do depoente

**CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS
SOBRE DEPOIMENTO ORAL**

Pelo presente documento, eu, Jucemara Amoso

CPF nº 37738860049, declaro, ceder ao acadêmico Fernando Tomazzoni sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao projeto: quais critérios os professores utilizam na hora da escolha do livro didático de História.

O acadêmico fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Cx do Sul, 08 de agosto de 2019



Assinatura do depoente